DESEMPENHO RELATIVO DOS INDICADORES SOCIAIS DO ESTADO DO CEARÁ PROPORCIONALMENTE À RENDA PER CAPITA

Dante Meira

RESUMO

Os dados brutos do IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal) disponibilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 permitem analisar o desempenho de estados e municípios em indicadores básicos de desenvolvimento social, como educação e longevidade, proporcionalmente à sua renda per capita. Este trabalho procura elaborar indicadores próprios que permitam comparar o desempenho das unidades da federação brasileira (estados e Distrito Federal), levando em consideração o peso do fator "riqueza material" (traduzido na renda per capita) na valoração dos resultados obtidos nos subindicadores educação e longevidade, com foco no desempenho do estado do Ceará.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento humano; proporcionalidade; riqueza material

ABSTRACT

The IDHM database made available by the United Nations Development Programme (UNDP) in the 2013 Brazil Human Development Atlas makes possible the analysis of the performance of states and municipalities in basic indicators of social development, like education and longevity, in proportion to the per capita income. This work aims to create its own indicators that allow to compare the performance of the unities of the Brazilian federation (states and the Federal District), taking in account the weight of the "material wealth" factor (translated to the per capita income) in the evaluation of the results obtained in the subindicators education and longevity, with focus on the performance of the state of Ceará.

KEY-WORDS: human development, proportionality, material wealth

1 INTRODUÇÃO

A própria razão de existir do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é a insatisfação com o uso de indicadores meramente econômicos e de riqueza material para mensurar o grau de desenvolvimento das sociedades (sejam países ou regiões). Indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB), e o PIB per capita, são considerados insuficientes para retratar com precisão o desenvolvimento social, e essa foi uma das razões para a criação do IDH (ROMÃO, 1993).

Uma sociedade com um nível de riqueza material superior ao de outra pode apresentar indicadores sociais inferiores à segunda. O IDH foi criado para captar de

forma mais ampla o padrão de vida das sociedades.

No entanto, o próprio IDH utiliza como um dos subindicadores empregados no seu cálculo o PIB per capita, um indicador de riqueza material que costuma ser criticado por não levar em consideração a desigualdade de renda interna das populações.

De outro lado, espera-se, a partir do senso comum, que sociedades com um maior nível de riqueza material tenham maiores facilidades em atingir melhores indicadores sociais. A maior abundância de recursos materiais deve ser, em geral, um facilitador do desenvolvimento social.

Populações mais ricas devem possuir, em tese, melhor acesso à informação, o que influi em indicadores de saúde e de educação. E sociedades mais ricas possuem, teoricamente, uma maior base tributável, permitindo uma maior arrecadação de impostos e a constituição de um aparelho estatal mais bem estruturado, e mais capaz de prover serviços públicos e ser indutor do desenvolvimento social.

Justamente por essa noção intuitiva não se confirmar na análise concreta da realidade, onde encontramos sociedades materialmente mais ricas apresentando indicadores sociais inferiores aos de outras sociedades menos prósperas economicamente, é de interesse tentar metrificar a disparidade entre o componente econômico do IDH, nomeadamente o PIB per capita, e os demais componentes utilizados em seu cálculo.

Esta análise da disparidade entre componente econômico e demais componentes do IDH pode ser encarado, em um certo sentido, com uma medida da “eficiência” das sociedades em transformar riqueza material em bem-estar social.

Neste trabalho tentamos materializar uma análise deste gênero, porém nos restringindo ao universo amostral das Unidades da Federação brasileira, tomando

como base o IDHM (IDH Municipal), uma adaptação do IDH à realidade interna do Brasil, desenvolvida pelo escritório nacional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (o PNUD Brasil).

O foco desta pesquisa está no desempenho relativo do Estado do Ceará, dentro da perspectiva aqui apresentada, em comparação com as demais Unidades da Federação.

A matéria-prima fundamental deste trabalho será a base de dados brutos disponibilizada pelo PNUD no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, através do sítio web criado especialmente para a sua divulgação, no endereço de internet www.atlasbrasil.org.br

Para compreender as estatísticas geradas pelo PNUD relativas ao IDHM, utilizado no Atlas, é necessário inicialmente conhecer a origem do próprio Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), utilizado internacionalmente para mensurar o desenvolvimento das nações.

O IDH foi idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, e configurado com o auxílio do economista indiano Amartya Sen (prêmio Nobel de Economia em 1998), no início da década de 90 do século XX. Haq e Sen foram os responsáveis pela apresentação primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) perante a Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 1990. Neste relatório foi apresentado pela primeira vez o conceito do Índice de Desenvolvimento Humano, como uma medida do bem-estar das populações de cada nação (CALDAS, 2008).

Na sua primeira versão, em 1990, o IDH foi construído a partir de três indicadores básicos: renda per capita (a partir do PIB per capita ajustado pelo poder de compra real), expectativa de vida, e taxa de alfabetização de adultos (UNDP, 1990).

Na segunda versão do índice, apresentada no Relatório do Desenvolvimento

Humano de 1991, a taxa de alfabetização de adultos foi substituída na composição do índice por um subindicador de educação mais amplo, composto a partir de dados sobre anos médios de escolaridade da população. (UNDP, 1991).

A partir daí o Relatório do Desenvolvimento Humano tornou-se uma publicação anual do escritório mundial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, e o cálculo do IDH sofreu algumas alterações metodológicas ao longo do tempo, porém mantendo sempre os três pilares básicos: renda, educação e expectativa de vida.

O objetivo primordial da criação do IDH foi disponibilizar um indicador único que pudesse sintetizar o desenvolvimento social das nações, e chamar atenção para a importância de analisar o desenvolvimento de forma mais ampla, para além da preocupação exclusiva com o crescimento do PIB.

Em 1998, o escritório do PNUD no Brasil lançou o primeiro Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, dando origem ao IDHM (IDH Municipal) indicador criado para avaliar o desenvolvimento social em nível municipal, podendo ser generalizado para os estados. A primeira versão do Atlas utilizou os dados do Censo nacional do IBGE de 1991 para calcular o IDHM.

Após a realização do Censo do IBGE do ano 2000, o PNUD iniciou a elaboração de nova publicação com o cálculo do IDHM de estados e municípios a partir dos dados obtidos. O resultado foi concretizado no ano de 2003, com a nova versão do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, baseada nos dados do ano 2000.

Por fim, dez anos depois foi lançado pelo PNUD o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, que trouxe o IDHM calculado com base nos dados do Censo do IBGE de 2010. Nesta nova versão do Atlas, a metodologia de cálculo do IDHM foi reformulada, não apenas para os dados do Censo de 2010, mas também para os dados dos Censos de 1991 e 2000, o que implicou em um recálculo dos valores do IDHM de cada estado e município para aqueles anos, resultando em

valores diferentes dos apresentados nos Atlas de 1998 e 2003 (PNUD 2013).

O resultado do IDHM calculado a partir dos dados do Censo de 2010, acompanhado do IDHM recalculado para 1991 e 2000, foram disponibilizados na internet, através do portal do Atlas 2013.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MÉTODOS

A metodologia do IDHM foi construída pelo PNUD Brasil como uma adaptação da metodologia do IDH global para a realidade brasileira. O IDHM, assim como o IDH dos países, é composto por três subindicadores básicos, que são o IDHM Renda, o IDHM Educação e o IDHM Longevidade.

O IDHM, assim como o IDH, é um indicador cujo valor está sempre situado dentro de uma escala de 0 a 1, com três casas decimais. Quanto mais próximo de 1, mais alto o nível de desenvolvimento humano da localidade em questão, e quanto mais próximo de 0, mais baixo o nível de desenvolvimento humano.

O IDHM Renda é calculado a partir dos dados do PIB per capita (PIB dividido pela população residente).

O IDHM Longevidade é calculado a partir de dados da expectativa de vida ao nascer, um indicador que sintetiza condições sociais, de saúde e de salubridade, levando em considerações todas as causas de mortalidade, tanto de morte natural por doenças, como violência e acidentes.

O IDHM Educação é um indicador que mede o acesso à escolarização, a partir do nível de escolaridade da população adulta, e do fluxo escolar da população de crianças e adolescentes, levando em consideração as faixas etárias, mais especificamente o percentual de acesso de cada faixa etária ao nível escolar adequado à idade.

Cabe aqui observar que uma limitação importante do IDHM Educação é que ele é uma medida eminentemente quantitativa do acesso ao ensino, não avaliando a qualidade do aprendizado dos alunos. Para avaliar critérios qualitativos da educação no Brasil deve-se tomar em consideração outros indicadores, como o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), elaborado pelo Ministério da Educação, o qual não é utilizado de nenhuma forma no cálculo do IDHM.

O IDHM final é obtido a partir de uma média geométrica de seus três subindicadores, ou seja, a raiz cúbica do resultado da multiplicação do IDHM Renda pelo IDHM Educação, e pelo IDHM Longevidade.

O PNUD classifica o resultado do IDHM obtido pelas localidades em cinco faixas: Muito Baixo (de 0 a 0,499), Baixo (de 0,500 a 0,599), Médio (de 0,600 a 0, 699), Alto (de 0,700 a 0,799) e Muito Alto (de 0,800 a 1).

Apesar da nomenclatura de IDHM (IDH Municipal), o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil contempla também outras espacialidades para além do município, calculando o indicador para áreas metropolitanas como um todo, para estados como um todo, e mesmo para subdivisões de alguns municípios (chamadas de “unidades de desenvolvimento humano”).

Neste trabalho, para comparar o desempenho do Estado do Ceará em relação as demais unidades da federação, construiremos três momentos distintos de análise.

Em um primeiro momento, compararemos o Ceará apenas com os demais estados nordestinos, utilizando como parâmetro a porcentagem de municípios do estado que atingiram classificação “Médio”, “Alto” e “Muito Alto” no IDHM em nível municipal.

Em um segundo momento, trabalharemos com posições de todos os estados (e do DF) em rankings das unidades federativas, buscando captar a

diferença de posicionamento das UFs em rankings distintos construídos a partir de cada um dos três subindicadores do IDHM.

Em um terceiro momento, buscaremos quantificar a proporcionalidade entre o resultado obtido nos subindicadores educação e longevidade, de um lado, e o subindicador renda de outro. Trabalharemos com dois indicadores próprios, um elaborado a partir da média geométrica dos subindicadores educação e longevidade, seguindo a lógica utilizada no cálculo do próprio IDHM, e outro elaborado a partir da média aritmética dos mesmos subindicadores, para obter uma perspectiva diferente. Em ambos os casos, a média de educação e longevidade (geométrica ou aritmética) será dividida pelo subindicador renda.

2.2 PORCENTAGEM DE MUNICÍPIOS COM IDHM MÉDIO, ALTO E MUITO ALTO NOS ESTADOS NORDESTINOS

A primeira análise que fizemos em nossa pesquisa diz respeito ao IDHM em nível de cada município. Como já explicitado, o PNUD classifica os municípios em cinco faixas de desenvolvimento, de acordo com o resultado do IDHM: muito baixo, baixo, médio, alto, e muito alto. Calculamos, para cada estado da região Nordeste, a porcentagem do número de municípios que possui IDHM classificado como médio, alto ou muito alto. Tal critério se justifica pelo fato de que a maioria (62 por cento) dos municípios da região Nordeste apresenta IDHM baixo ou muito baixo.

A tabela 1 apresenta o número total de municípios de cada estado nordestino, o número de municípios em cada estado que possui IDHM classificado como médio, alto ou muito alto, e a porcentagem correspondente. Os números foram obtidos a partir de pesquisa e refinamento dos dados brutos disponibilizados no site do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil na internet.

	Número total de municípios	Municípios IDHM medio, alto, muito alto	Porcentagem
Ceará	184	135	73,4
Rio Grande do Norte	167	97	58,1
Sergipe	75	32	42,7
Pernambuco	185	77	41,6
Bahia	417	154	36,9
Paraíba	223	71	31,8
Maranhão	217	59	27,2
Piauí	224	42	18,8
Alagoas	102	14	13,7
Total	1794	681	38,0

Tabela 1 – porcentagem de municípios com IDHM médio, alto ou muito alto (Nordeste)

O gráfico 1, de barras, deixa mais clara a proporção entre as porcentagens de cada estado nordestino no quesito analisado.

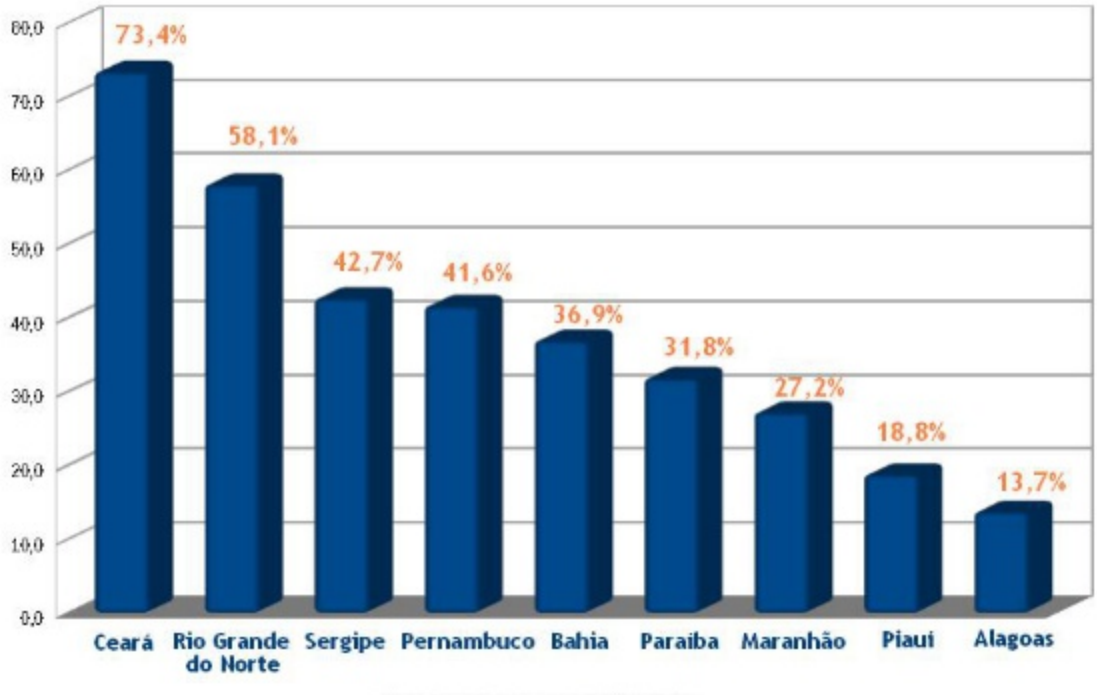


Gráfico 1 – estados do Nordeste por porcentagem de municípios com IDHM médio, alto ou muito alto

Os resultados encontrados mostram que quase todos os estados nordestinos possuem uma maioria de municípios com IDHM baixo ou muito baixo, sendo as duas únicas exceções os estados do Rio Grande do Norte e Ceará, este último liderando com folga a região em termos de porcentagem de municípios com IDHM médio, alto ou muito alto.

Embora esta primeira análise tenha sido feita tomando apenas o IDHM geral, sem levar em consideração os subdindicadores Renda, Longevidade e Educação, a mesma serve para, logo em um primeiro momento, destacar o resultado contrastante do Ceará em relação aos demais estados do Nordeste, uma região historicamente pobre e relativamente homogênea em termos de PIB per capita.

2.3 DIFERENÇAS DE POSICIONAMENTO DAS UFS EM RANKINGS CONSTRUÍDOS A PARTIR DE CADA UM DOS TRÊS SUBINDICADORES DO IDHM

A segunda análise que efetuamos já não toma em consideração o IDHM de cada municípios, mas sim o IDHM calculado pelo PNUD para cada estado. Como destacado anteriormente, apesar da denominação de “IDH Municipal”, o IDHM passou a ser calculado também para estados como um todo, para regiões metropolitanas como um todo, e para subdivisões de alguns municípios.

Neste segundo momento, ranqueamos todas as Unidades da Federação, de todas as regiões, a partir dos três subindicadores: IDHM Renda, IDHM Longevidade e IDHM Educação. O objetivo foi verificar as diferenças de posicionamento de cada UF nos rankings de Longevidade e Educação, comparativamente à posição ocupada no ranking de Renda, constatando se a UF apresenta queda de posição, subida de posição, ou se mantém a mesma posição.

Sintetizamos em uma só tabela os valores do IDHM Renda, do IDHM Longevidade e do IDHM Educação de cada UF, bem como a posição ocupada pela UF no ranking de cada subindicador, e o número de posições que a UF subiu ou caiu nos rankings de educação e longevidade, em relação ao ranking de renda.

As UFs foram dispostas em ordem decrescente de IDHM Renda. Criamos três colunas marcadas com as letras A, B e C, para apresentar a posição de cada UF nos rankings de renda, longevidade e educação, respectivamente. Em seguida inserimos uma coluna marcada com a letra D, que apresenta o número de posições que a UF ganhou ou perdeu no ranking de longevidade, em relação ao ranking de renda. Ao seu lado vem uma coluna com a letra E, que apresenta o número de posições que a UF ganhou ou perdeu no ranking de educação, em relação ao ranking de renda.

Por último, em um esforço analítico bastante abstrato, acrescentamos uma coluna marcada pela letra F, a qual representa uma soma dos valores das colunas D e E, ou seja, uma soma da diferença no número de posições entre os rankings de longevidade e renda com a diferença no número de posições entre os rankings de educação e renda.

O resultado é a tabela 2, que pode ser visualizada a seguir:

	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação	A = pos. Renda	B = pos. Longev.	C = pos. Educ.	D = A – B	E = A - C	F = D + E
Distrito Federal	0,863	0,873	0,742	1	1	1	0	0	0
São Paulo	0,789	0,845	0,719	2	3	2	-1	0	-1
Rio de Janeiro	0,782	0,835	0,675	3	6	4	-3	-1	-4
Santa Catarina	0,773	0,860	0,697	4	2	3	2	1	3
Rio Grande do Sul	0,769	0,840	0,642	5	4	8	1	-3	-2
Paraná	0,757	0,830	0,668	6	9	5	-3	1	-2
Espírito Santo	0,743	0,835	0,653	7	6	6	1	1	2
Goiás	0,742	0,827	0,646	8	10	7	-2	1	-1
Mato Grosso do Sul	0,740	0,833	0,629	9	8	11	1	-2	-1
Mato Grosso	0,732	0,821	0,635	10	11	10	-1	0	-1
Minas Gerais	0,730	0,838	0,638	11	5	9	6	2	8
Rondônia	0,712	0,800	0,577	12	15	17	-3	-5	-8
Roraima	0,695	0,809	0,628	13	13	13	0	0	0
Amapá	0,694	0,813	0,629	14	12	11	2	3	5
Tocantins	0,690	0,793	0,624	15	16	14	-1	1	0
Rio Grande do Norte	0,678	0,792	0,597	16	18	16	-2	0	-2
Amazonas	0,677	0,805	0,561	17	14	20	3	-3	0
Pernambuco	0,673	0,789	0,574	18	19	18	-1	0	-1
Sergipe	0,672	0,781	0,560	19	23	21	-4	-2	-6
Acre	0,671	0,777	0,559	20	24	22	-4	-2	-6
Bahia	0,663	0,783	0,555	21	21	23	0	-2	-2
Paraíba	0,656	0,783	0,555	22	21	23	1	-1	0
Ceará	**0,651**	**0,793**	**0,615**	**23**	**16**	**15**	**7**	**8**	**15**
Pará	0,646	0,789	0,528	24	19	26	5	-2	3
Alagoas	0,641	0,755	0,520	25	27	27	-2	-2	-4
Piauí	0,635	0,777	0,547	26	24	25	2	1	3
Maranhão	0,612	0,757	0,562	27	26	19	1	8	9

Tabela 2 – diferenças de posicionamento das UFs em três diferentes rankings

A análise dos dados da tabela permite constatar que o Ceará foi, isoladamente, o estado que subiu o maior número de posições no ranking de longevidade, em comparação ao ranking de renda. Enquanto ocupa a 23ª posição no ranking de renda, o Ceará pula para a 16ª posição no ranking do IDHM Longevidade, subindo 7 posições. Minas Gerais vem em segundo lugar, com uma subida de 6 posições (de 11º em renda para 5º em longevidade).

Já na comparação do ranking de educação com o ranking de renda, Ceará e Maranhão aparecem empatados em primeiro em termos de subida de posições, tendo ambos saltado 8 posições (o Ceará de 23º em renda para 15º em educação, e o Maranhão de 27º em renda para 19º em educação).

Quando analisamos o critério abstrato da coluna de letra F, percebemos uma posição bastante privilegiada do Ceará em relação a todos os demais estados do país. Nesta “soma de avanços de posições”, um Ceará atinge um total de 15 posições galgadas nos rankings de educação e longevidade, em comparação com o ranking de renda. Este resultado está muito acima do segundo colocado, o Maranhão, com um total de 9 posições galgadas, do terceiro colocado, Minas Gerais, que galgou 8 posições, e do quarto colocado, o Amapá, que galgou 5 posições.

2.4 QUANTIFICANDO A PROPORÇÃO ENTRE OS SUBINDICADORES DO IDHM DAS UFS

O terceiro momento de nossa análise buscou quantificar a proporcionalidade entre os subindicadores de longevidade e educação do IDHM de cada UF em relação ao seu IDHM renda, na busca de se construir algo que poderia ser entendido como a medida de “eficiência” de cada UF em transformar riqueza material em bem-estar de sua população.

Para isso criamos dois indicadores próprios, que batizamos de Índice de Proporcionalidade de Desenvolvimento – Média Geométrica (IPD-MG) e Índice de Proporcionalidade de Desenvolvimento – Média Aritmética (IPD-MA).

O IPD-MG inspira-se na metodologia utilizada pelo PNUD no cálculo do IDHM final, o qual é obtido a partir da média geométrica dos subindicadores renda, longevidade e educação. O IPD-MG calcula a média geométrica apenas dos subindicadores longevidade e educação, os quais são multiplicados, e em seguida é calculada a raiz quadrada do produto da multiplicação. Essa média geométrica de longevidade e educação é então dividida pelo IDHM Renda.

O IPD-MA foi pensado como forma de oferecer mais uma perspectiva de análise, e sua única diferença metodológica em relação ao IPD-MG é que ao invés de calcular a média geométrica dos subindicadores lobngevidade e educação, calcula a média aritmética dos subindicadores, somando-os e dividindo por 2. Essa média aritmética é então dividida pelo subindicador renda.

A tabela 3 mostra as Unidades da Federação ranqueadas em ordem decrescente do IDP-MG.

	Renda	Longevidade	Educação	média geométrica educ. e longev.	IPD-MG
Ceará	0,651	0,793	0,615	0,698	1,073
Maranhão	0,612	0,757	0,562	0,652	1,066
Amapá	0,694	0,813	0,629	0,715	1,030
Piauí	0,635	0,777	0,547	0,652	1,027
Roraima	0,695	0,809	0,628	0,713	1,026
Tocantins	0,690	0,793	0,624	0,703	1,019
Rio Grande do Norte	0,678	0,792	0,597	0,688	1,014
Paraíba	0,656	0,783	0,555	0,659	1,005
Minas Gerais	0,730	0,838	0,638	0,731	1,002
Santa Catarina	0,773	0,860	0,697	0,774	1,002
Pernambuco	0,673	0,789	0,574	0,673	1,000
Pará	0,646	0,789	0,528	0,645	0,999
Bahia	0,663	0,783	0,555	0,659	0,994
Espírito Santo	0,743	0,835	0,653	0,738	0,994
Amazonas	0,677	0,805	0,561	0,672	0,993
São Paulo	0,789	0,845	0,719	0,779	0,988
Mato Grosso	0,732	0,821	0,635	0,722	0,986
Goiás	0,742	0,827	0,646	0,731	0,985
Sergipe	0,672	0,781	0,560	0,661	0,984
Paraná	0,757	0,830	0,668	0,745	0,984
Acre	0,671	0,777	0,559	0,659	0,982
Mato Grosso do Sul	0,740	0,833	0,629	0,724	0,978
Alagoas	0,641	0,755	0,520	0,627	0,978
Rio de Janeiro	0,782	0,835	0,675	0,751	0,960
Rio Grande do Sul	0,769	0,840	0,642	0,734	0,955
Rondônia	0,712	0,800	0,577	0,679	0,954
Distrito Federal	0,863	0,873	0,742	0,805	0,933

Tabela 3 – unidades da federação por ordem decrescente do IPD-MG

Nota-se o posicionamento do estado do Ceará no topo da tabela, com um quociente de 1,073 entre a média geométrica dos subindicadores educação e longevidade e o IDHM Renda.

A tabela 4 dispõe as UFs em ordem decrescente do IDP-MA.

	Renda	Longevidade	Educação	média aritmética educ. e longev.	IPD-MA
Ceará	0,651	0,793	0,615	0,704	1,081
Maranhão	0,612	0,757	0,562	0,660	1,078
Piauí	0,635	0,777	0,547	0,662	1,043
Amapá	0,694	0,813	0,629	0,721	1,039
Roraima	0,695	0,809	0,628	0,719	1,034
Tocantins	0,690	0,793	0,624	0,709	1,027
Rio Grande do Norte	0,678	0,792	0,597	0,695	1,024
Paraíba	0,656	0,783	0,555	0,669	1,020
Pará	0,646	0,789	0,528	0,659	1,019
Pernambuco	0,673	0,789	0,574	0,682	1,013
Minas Gerais	0,730	0,838	0,638	0,738	1,011
Bahia	0,663	0,783	0,555	0,669	1,009
Amazonas	0,677	0,805	0,561	0,683	1,009
Santa Catarina	0,773	0,860	0,697	0,779	1,007
Espírito Santo	0,743	0,835	0,653	0,744	1,001
Sergipe	0,672	0,781	0,560	0,671	0,998
Acre	0,671	0,777	0,559	0,668	0,996
Alagoas	0,641	0,755	0,520	0,638	0,995
Mato Grosso	0,732	0,821	0,635	0,728	0,995
Goiás	0,742	0,827	0,646	0,737	0,993
São Paulo	0,789	0,845	0,719	0,782	0,991
Paraná	0,757	0,830	0,668	0,749	0,989
Mato Grosso do Sul	0,740	0,833	0,629	0,731	0,988
Rondônia	0,712	0,800	0,577	0,689	0,967
Rio de Janeiro	0,782	0,835	0,675	0,755	0,965
Rio Grande do Sul	0,769	0,840	0,642	0,741	0,964
Distrito Federal	0,863	0,873	0,742	0,808	0,936

Tabela 4 – unidades da federação por ordem decrescente do IPD-MA

Notamos algumas mudanças de posições em relação à tabela ordenada pelo IPD-MG, como o Piauí tomando a terceira posição do Amapá. Porém as duas primeiras colocações continuam inalteradas em relação ao IPD-MG, com o Maranhão em segundo lugar, e o Ceará em primeiro.

2.5 DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Além de se destacar dentro do quadro relativamente homogêneo economicamente da região Nordeste (mesmo tendo apenas o sexto maior IDHM Renda da região), o Ceará se destaca também nacionalmente, quando levado em

consideração o peso do nível de riqueza material dos estados na valoração dos resultados obtidos. A quantidade de posições galgadas nos rankings de educação e longevidade em comparação com o ranking de renda está muito acima de qualquer outra Unidade da Federação. E ao utilizarmos indicadores próprios para tentar mensurar a proporcionalidade entre o IDHM Longevidade e o IDHM Educação relativamente ao IDHM Renda, encontramos o Ceará no topo das tabelas nacionais.

Foge ao escopo deste trabalho comparar os números do IDHM no Atlas de 2013, elaborados a partir dos dados do Censo de 2010, com os números do IDHM de dez anos antes, elaborados a partir dos dados do Censo do ano 2000. Esta análise poderia nos responder questionamentos sobre o quanto este desempenho "acima da média" do Ceará é um fenômeno novo, ou se já se manifestava nos dados de dez anos atrás.

Outra limitação deste trabalho, conforme já frisado, refere-se à questão da qualidade do ensino ofertado. Explicitamos que o IDHM Educação é calculado pelo PNUD levando em consideração apenas aspectos quantitativos, de acesso à educação, sem levar em conta a qualidade do ensino e do aprendizado. Para analisar o desempenho do Ceará neste quesito, seria necessário avaliar os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), elaborado pelo Ministério da Educação, o que também foge ao escopo desta pesquisa.

3 CONCLUSÃO

Os dados extraídos do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 e aqui analisados permitem constatar o desempenho bastante elevado do Ceará nos subindicadores "não econômicos" do IDHM proporcionalmente à renda per capita do estado.

REFERÊNCIAS

CALDAS, Cristina. A história da arte de mensurar. **Indicadores, Dossiê, Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, n. 96, 2008. Disponível em: http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&id=387 . Acesso em 23 novembro 2014.

PNUD (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO). O IDHM. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.** Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/ Acesso 18 novembro 2014.

ROMÃO, Maurício Costa. Uma proposta de extensão do Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas. **Revista de Economia Política,** v. 13, n. 4, p. 52, 1993. Disponível em: http://www.rep.org.br/PDF/52-7.PDF . Acesso em 21 novembro 2014.

UNDP (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME). ***Human Development Report 1990***. Nova York: Oxford University Press, 1990. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/219/hdr_1990_en_complete_nostats.pdf Acesso em 24 novembro 2014.

_____ . ***Human Development Report 1991***. Nova York: Oxford University Press, 1991. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/220/hdr_1991_en_complete_nostats.pdf . Acesso em 24 novembro 2014.